

A Relação das Políticas de Gênero na Criação de Empresas por Mulheres

Autoria

Daiane Martins Teixeira - daianemartinsteixeira@outlook.com

Laboratório de Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação / UFG - Universidade Federal de Goiás

Cândido Vieira Borges Junior - candidoborges@gmail.com

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGADM / UFG - Universidade Federal de Goiás

Marcos Inácio Severo de Almeida - misevero@yahoo.com.br

Programa de Pós-Graduação em Administração - PPGADM / UFG - Universidade Federal de Goiás

Agradecimentos

Agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Resumo

A falta de eficácia de algumas políticas pode ser explicada em parte pelo fato da participação das mulheres em novos negócios ser influenciada também por outros aspectos que estão incorporados nas agendas de políticas de gênero. Com isso, estudos reforçam que ainda são necessárias pesquisas que analisem os efeitos dessas políticas sobre o empreendedorismo por mulheres. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar os efeitos das políticas de gênero na criação de empresas por mulheres. Considerou-se nessa análise dois tipos de empresas - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e Sociedade Empresária Limitada. Utilizou-se uma abordagem quantitativa com dados secundários extraídos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e dados públicos de CNPJ da Receita Federal. O nível de análise foi restrito aos 246 municípios do estado de Goiás. A partir dessa base de dados, foram construídos dois modelos de regressão binomial negativo. Como resultados, identificou-se que os efeitos que as políticas de gênero exercem foram estatisticamente positivos somente para as empresas criadas por mulheres que se enquadram como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Já para mulheres que estão no grupo como Sociedade Empresária Limitada, essa relação não foi significativa.

A Relação das Políticas de Gênero na Criação de Empresas por Mulheres

Resumo

A falta de eficácia de algumas políticas pode ser explicada em parte pelo fato da participação das mulheres em novos negócios ser influenciada também por outros aspectos que estão incorporados nas agendas de políticas de gênero. Com isso, estudos reforçam que ainda são necessárias pesquisas que analisem os efeitos dessas políticas sobre o empreendedorismo por mulheres. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar os efeitos das políticas de gênero na criação de empresas por mulheres. Considerou-se nessa análise dois tipos de empresas - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e Sociedade Empresária Limitada. Utilizou-se uma abordagem quantitativa com dados secundários extraídos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) e dados públicos de CNPJ da Receita Federal. O nível de análise foi restrito aos 246 municípios do estado de Goiás. A partir dessa base de dados, foram construídos dois modelos de regressão binomial negativo. Como resultados, identificou-se que os efeitos que as políticas de gênero exercem foram estatisticamente positivos somente para as empresas criadas por mulheres que se enquadram como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Já para mulheres que estão no grupo como Sociedade Empresária Limitada, essa relação não foi significativa.

Palavras-chave: Criação de empresas por mulheres; políticas de gênero; EIRELI; Sociedade Empresária Limitada

1 Introdução

As pesquisas que estudam a relação entre as políticas de empreendedorismo e a criação de empresas por mulheres encontraram resultados contraditórios. De um lado, algumas dessas pesquisas afirmam que as políticas de empreendedorismo podem ser medidas de apoio para a criação de empresas por mulheres (Terjesen, Bosma, & Stam, 2016). Hechavarría e Ingram (2019), por exemplo, mostraram que as taxas de mulheres empreendedoras tendem a crescer quando o ambiente em que elas estão inseridas oferecem medidas que minimizam as barreiras de entrada para novos negócios, tal como um sistema regulatório para registro de empresas que seja mais simples, rápido e barato. Francky e Ngono (2020) corroboram com esse resultado ao alegarem que o acesso aos serviços financeiros como o microfinanciamento é um meio de facilitar a inserção das mulheres no empreendedorismo.

Em sentido contrário, algumas pesquisas afirmam que políticas de empreendedorismo nem sempre alcançam os resultados esperados no incentivo à criação de novos negócios por mulheres. Em um estudo realizado nos Estados Unidos, Pandey e Amezcua (2018) descobriram que os programas de apoio fornecem baixo nível de assistência técnica e não surtiram os efeitos desejados. Okeke-Uzodike, Okeke-Uzodike e Ndinda (2018) verificaram, também, que na África do Sul existem várias medidas de políticas que abordam o empoderamento econômico das mulheres, como assistência financeira, treinamento e serviços de consultoria. Porém, nenhuma delas foram suficientes para estimular a criação de empresas por mulheres.

A falta de eficácia de algumas políticas pode ser explicada em parte pelo fato da participação das mulheres em novos negócios ser influenciado também por outros aspectos que estão relacionadas a discriminação sexual, acesso à educação, promoção da saúde e bem-estar como o provimento de creche ou licença maternidade (Foss *et al.*, 2019). Esses aspectos, por sua vez, estão incorporados nas agendas de políticas de gênero na qual se encontram os programas de igualdade e inclusão de gênero, empoderamento e autonomia e apoio ao trabalho e renda (Bandeira 2004; Farah 2006; Muntean 2013). Villaseca, Navío-Marco e Gimeno (2020) reforçam que usar políticas de gênero é uma possível alternativa para combater as lacunas que existem nas políticas de empreendedorismo por mulheres.

Devido a importância destes aspectos que são ligados às políticas de gênero, Foss *et al.* (2019) sugerem que pesquisas futuras sobre a relação entre políticas públicas e empreendedorismo por mulheres abordem políticas que considerem os mecanismos sociais de gênero. Primeiro, porque os estudos ainda tratam as políticas que incentivam a criação de empresas por mulheres de forma implícita ou ampla, dificultando a tomada de ação específica. Segundo, por causa dos estudos que negligenciam as estruturas de gênero, recomendando políticas que estejam focadas em moldar as mulheres empreendedoras, em vez de focar em melhorar o ambiente para o empreendedorismo por mulheres (Foss *et al.*, 2019). Terceiro, de acordo com Machado *et al.* (2016) as mulheres não representam um grupo homogêneo e que há uma carência de políticas públicas focadas em minimizar as dificuldades que impossibilitam a criação de empresas, sendo essas um meio de aumentar a participação das mulheres como empreendedoras. No mesmo sentido, Giménez e Calabrò (2018) indicam que ainda são necessárias pesquisas que analisem os efeitos das políticas de igualdade de gênero sobre o empreendedorismo por mulheres.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi analisar os efeitos das políticas de gênero na criação de empresas por mulheres. Considerou-se nessa análise dois tipos de empresas - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) constituída por apenas um empreendedor e Sociedade Empresária Limitada, constituída por um ou mais empreendedores. Para isso, foram construídos dois modelos de regressão a partir de dados públicos do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal brasileira e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), sendo os resultados desses modelos importantes para reforçar a relevância das políticas de gênero, evidenciar a necessidade de melhorar o ambiente para criação de empresas por mulheres e ressaltar que as mulheres representam um grupo heterogêneo.

A justificativa, para análise desses dois tipos de empresas criadas por mulheres está pautada no fato da literatura apontar que as mulheres ao estabelecer parcerias, especialmente com homens pode contribuir na superação de alguns obstáculos relacionado ao gênero e alcançar maior legitimidade, acesso a recursos e uma rede social mais forte e diversificada (Godwin *et al.*, 2006). Em complemento, Lim e Suh (2019) explicam que as mulheres são mais propensas a sofrer com a falta de recursos e por isso, estão sujeitas a terem menos probabilidade de mostrar um desempenho inicial positivo em comparação com os homens. Os autores mencionam que o acesso a recursos limitados as levam, muitas vezes, a criar empresas sozinhas. Nesse sentido, considerar essas duas naturezas jurídicas na análise é uma forma de, possivelmente, identificar diferentes efeitos das políticas de gênero.

2 Empreendedorismo por Mulheres

Mesmo as mulheres empreendedoras sendo vistas como um veículo de contribuições econômicas e de desenvolvimento para os países, elas ainda permanecem enfrentando dificuldades para empreender (OECD, 2017). Um estudo baseado em dados de 45 países mostrou que as mulheres apresentaram uma probabilidade de 30% menor para empreender que os homens (Dheer *et al.*, 2019). As explicações para esses fatos podem estar relacionadas aos aspectos pertencentes ao contexto que estão inseridas, como a falta de mecanismos de apoio e dificuldades no acesso as redes e sistemas de apoio para o desenvolvimento de habilidades básicas de negócios (Dheer *et al.*, 2019).

Porém, existem outras nuances quanto a esses fatores que tangenciam o perfil da mulher empreendedora. No estudo de Machado, Gazola e Anez (2013), por exemplo, foi identificado que aspectos como o estado civil estava associado às dificuldades das mulheres em empreender. Brush *et al.*, (2017) ressaltam que mesmo o empreendedorismo sendo uma opção de carreira, principalmente para aquelas mulheres que necessitam manter o cuidado com a família, a carga de responsabilidade imposta pode impedir a sua entrada na atividade.

Isso faz notar a existência dos desafios que prevalecem na criação dos seus negócios, entre eles, a literatura revela o enfrentamento dos julgamentos sociais e culturais quando dizem que elas são menos capazes de serem donas de empreendimentos, dificuldade em obter financiamento, estruturas políticas que desmotivam a prevalência do seu empreendimento (OECD, 2017). Além disso, tem-se ainda a falta de reconhecimento, as dificuldades em manter negócios de alta qualidade, o acesso a recursos e burocracia e a discriminação de gênero (Bui, Kuan & Chu, 2018).

Algumas dificuldades também podem estar relacionadas ao fato de as mulheres não acreditarem no seu potencial, inexperiência com o contexto empresarial, insegurança em deixar o emprego (Machado *et al.*, 2016) e a falta de recursos para iniciar o próprio empreendimento (Brush *et al.*, 2019; Machado *et al.*, 2016). Outras dificuldades encontram-se no desafio em obter capital inicial e falta de incentivo por parte da família (Machado, Gazola & Anez, 2013).

Tais descobertas enfatizam a relevância das instituições formais no incentivo para o empreendedorismo das mulheres (Bui *et al.*, 2018). Essas instituições formais podem ser, por exemplo, programas que podem atuar como um promotor para promover inclusão e igualdade às mulheres (Brush *et al.*, 2017).

2.1 Políticas de gênero sob as lentes do empreendedorismo

As políticas de gênero estão centradas na promoção de autonomia e empoderamento das mulheres (Bandeira, 2004). Direitos humanos, violência, educação, suportes para cuidar da família, até a sua inserção no mercado de trabalho são as principais questões discutidas (Jang, 2009).

Um instrumento para o processo de formulação, monitoramento e coordenação das políticas para as mulheres são os Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher (Martins & Conteratto, 2018; Ribas, 2015), eles servem para promover políticas que eliminem qualquer forma de discriminação contra a mulher e garantem a sua inserção em diversas áreas da sociedade, além da atribuição concedida à elas na criação de órgãos que possam articular entre a administração pública e a sociedade civil (Martins & Conteratto, 2018).

De acordo com Martins e Conteratto (2018), medidas de prevenção, especificamente, de combate à violência contra as mulheres alcançaram uma melhora indicando a importância das estruturas para as políticas de gênero. Isso demonstra a necessidade de cada município possuir um órgão governamental de políticas para as mulheres (Martins & Conteratto, 2018).

Por tanto, enfatiza-se que a incorporação do gênero é corriqueiramente exposta como aspecto chave para que uma política tenha êxito. Por isso, espera-se que programas promovam melhorias e mais igualdade (Engeli & Mazur, 2018). Segundo Bandeira (2004) falar de igualdade de gênero é caminhar rumo ao espaço de equidade, emancipação e pertencimento no qual as mulheres se redefinem com base na cultura, nas relações de trabalho, entre outros aspectos que possibilitam um novo campo de oportunidades para vencer as desigualdades.

2.1.1 Políticas de gênero e seus efeitos para a mulher no empreendedorismo

Ao estudarem o papel das diferenças de gênero na promoção das oportunidades percebidas por mulheres e homens quando iniciam um negócio, Dilli e Westerhuis (2018) perceberam que ao almejar a criação de uma sociedade empreendedora, é necessário considerar ferramentas de políticas específicas de gênero. Segundo Villaseca, Navío-Marco e Gimeno (2020), em quase 40% das economias, o empreendedorismo por mulheres é metade ou até mesmo menos da metade em comparação com os homens. Além disso, elas são o grupo mais impactado pela falta de acesso a financiamento, falta de redes e mentores. De acordo com os autores, sem garantir políticas de gênero para combater esses efeitos negativos a consequência será o aumento da lacuna de gênero.

Segundo Bayeh (2016) um contexto pode gerar desenvolvimento quando investe na capacitação das mulheres proporcionando igualdade de gênero para que elas possam atuar nos diversos âmbitos da sociedade sejam econômicos, sociais, políticos e ambientais. O autor segue afirmando a necessidade de proporcionar acesso adequado à educação para elas, uma vez que isso é fator necessário para sua inclusão no mercado, principalmente em áreas que exigem diferentes habilidades e qualificações. Syed e Ali (2019) mostram também que criar um ambiente inclusivo para as mulheres e fornecer apoio para o seu desenvolvimento profissional é um caminho para acesso a empregos e outras oportunidades no mercado de trabalho.

Severini *et al.* (2019) em seus estudos analisaram os efeitos das políticas de gênero na redução da taxa de mulheres desempregadas. Um outro estudo com objetivo de investigar a literatura que aborda as políticas de gênero do governo sul-coreano, identificou que o aumento da participação de mulheres no mercado provou que as políticas de gênero estão exercendo impacto positivo tanto no setor público quanto no privado (Patterson & Walcutt, 2017).

Na mesma perspectiva, León (2009) examinou a igualdade de gênero no contexto de políticas que visam manter o equilíbrio entre trabalho e família. Os resultados apontaram que as políticas voltadas para o equilíbrio entre trabalho e contexto familiar visavam apoiar as mulheres que possuem responsabilidade com atividades domésticas à ingressarem no mercado de trabalho.

Quanto à criação de negócios por mulheres, Muntean (2013), comparando dados sobre fatores institucionais e culturais que afetam a sua decisão, constatou que dentre os fatores que podem influenciá-las, estão medidas que garantam o seu desenvolvimento humano como saúde, educação e fomento de renda. Isso, por sua vez, pode gerar aumento da atividade empreendedora e criação de empregos. Assistência infantil é também uma ação do governo que facilita a sua participação no mercado, sobretudo no empreendedorismo (Elam & Terjesen 2010). De acordo com Baughn, Chua e Neupert (2006) locais que valorizam a igualdade de gênero estão associados positivamente ao apoio às mulheres empreendedoras.

Além do mais, devido as variadas responsabilidades que as mulheres empreendedoras assumem, elas acabam sendo diretamente influenciadas por outras políticas além das relacionadas à propriedade do próprio negócio. Como exemplos das políticas, têm-se políticas de discriminação sexual, políticas de acesso à educação e políticas que promovem a saúde e bem-estar como o provimento de creche ou da licença maternidade (Foss *et al.*, 2019). Foss *et al.* (2019) reforça que isso é uma forma das mulheres manterem suas participações no mercado de trabalho. De fato, sociedades que atribuem às mulheres papéis tradicionais de gênero, via de exemplo as funções domésticas, marcam a atividade empreendedora como uma alternativa menos atraente para elas (Welter, 2020). Hechavarría e Ingram (2019) também relatam que sociedades patriarcais diminuem o envolvimento das mulheres no empreendedorismo, cujos motivos estão relacionados aos tratamentos injustos que recebem e discriminação de gênero.

De fato, políticas que promovem igualdade de gênero integrada e inclusiva no setor empresarial devem inserir igualdade de acesso ao financiamento de negócios e redes de negócios, melhorar o sistema de seguridade social e as estruturas jurídicas, facilitar igualdade nos papéis familiares, aprimorando também suas habilidades empresariais para que possam aumentar sua participação em outras atividades (Mažuolienė, 2020).

A lógica é que locais que dispõem de algumas ações governamentais para as mulheres tendem a ser um ambiente mais propício para o empreendedorismo desenvolvido por elas. Dessa forma, são sugeridas as seguintes hipóteses:

H1: Há uma relação positiva entre as políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica - Sociedade Empresária Limitada.

H2: Há uma relação positiva entre as políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).

Entender a relação entre as políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres, considerando esses dois tipos de negócios, é uma alternativa em poder identificar efeitos dessas políticas entre grupos diferentes. De acordo com Godwin *et al.* (2006), a busca pelo estabelecimento de parcerias no desenvolvimento do negócio é uma necessidade entre as mulheres empreendedoras, especialmente, quando são sócios homens. Manter uma sociedade permite que o empreendimento garanta mais e melhores recursos do que um empreendimento liderado por uma mulher sozinha, explica os autores Godwin *et al.* (2006). Maden (2015) também complementa que ter parceiros de negócios é uma alternativa para as mulheres empreendedoras obterem recursos, como por exemplo recursos financeiros e fornecer apoio moral às mulheres.

Nesse mesmo sentido, devido aos seus recursos limitados, as mulheres são forçadas a abrir suas empresas sozinhas ou com membros do seu contexto familiar, como cônjuges. Além disso, empresas individuais e familiares lideradas por mulheres estão associadas a um desempenho menos promissor em seu estágio inicial em comparação com os homens (Lim & Suh, 2019). De acordo com Panda (2018), as restrições que as mulheres enfrentam como empreendedoras surgem da discriminação de gênero, os conflitos entre trabalho e família, a falta de infraestrutura, de apoio para sua capacitação, bem como na falta de recursos. Mais uma vez, as mulheres com limitações de recursos, especialmente social e cultural, têm menos probabilidade de ter parceiros de negócios que não sejam familiares (Godwin *et al.*, 2006).

3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo se caracteriza como descritivo e analítico, de cunho quantitativo por trabalhar com aplicações estatísticas (Collis & Hussey, 2005) e com recorte de caráter transversal (Cooper & Schindler 2011). Foram utilizados dados secundários para a realização da pesquisa, extraídos de duas fontes distintas: 1) Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e 2) o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal.

A base de dados da MUNIC apresenta informações que contêm evidências acerca das Políticas de Gênero, sua estrutura e sobre o funcionamento das instituições públicas relacionadas ao tema (IBGE, 2019). Realizada desde 1999, foi a partir do ano de 2005 que a referida pesquisa passou a abordar aspectos sobre Políticas de Gênero. Por este motivo, considerando a potencial influência dessas políticas para a criação de empresas por mulheres, coletou-se na base de dados da Receita Federal dados relativos a empresas criadas a partir de 2005.

Tendo em vista que a base de dados públicos de CNPJ da Receita Federal não apresenta a variável sexo, para ser possível identificar as mulheres utilizou-se o pacote *genderBR* da linguagem R, também já testado em outros estudos como o de Fontenelle *et al.* (2020) e Santana e Braga (2020). Nesse pacote estão armazenados dados do Censo brasileiro do IBGE, esses dados são usados no pacote para prever o sexo por meio dos nomes das pessoas. Como os dados dos empreendedores constam na base de dados públicos da Receita Federal, eles foram utilizados para prever o sexo dos empreendedores. A base de dados filtrada com a criação de empresas ativas em Goiás a partir de 2005, possuía 218.387 observações. Após o tratamento para identificação do sexo restaram 200.506 observações, o que significa que por meio da técnica aplicada para prever o sexo, o algoritmo conseguiu identificar 91,81% dos nomes dos empreendedores.

Considerando-se que a pesquisa MUNIC evoluiu, porém, mantendo em seu levantamento questões relacionadas às Políticas de Gênero, optou-se por extrair os dados mais

recentes de sua base on-line na plataforma do IBGE, referentes ao ano de 2018. Filtrou-se os 246 municípios do estado de Goiás, sendo eles o nível de análise do presente estudo. Com isso, foi possível realizar a análise comparativa entre os dados das duas bases, verificando-se a influência das Políticas de Gênero sobre a criação de empresas por mulheres.

3.1. Descrição das variáveis

Aqui, buscou-se descrever as variáveis elencadas para realização desta pesquisa, separadas por variáveis dependentes, explicativas e moderadora, expostas a seguir:

Variáveis respostas

O estudo utiliza duas variáveis respostas e são medidas com intuito de que sejam influenciadas pela variável explicativa (Cooper & Schindler, 2011), sendo elas: 1) Criação de empresas por mulheres da natureza jurídica Sociedade Empresária Limitada (206-2) e; 2) Criação de empresas por mulheres da natureza jurídica Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (230-5).

Conforme estabelecido na Lei Nº 12.441 (2011) a EIRELI deve ser constituída por apenas um empreendedor enquanto a Sociedade de Empresária Limitada, prevista pela Lei Nº 10.406 (2002) pode ser constituída por um ou mais empreendedores, sendo a responsabilidade de cada empreendedor restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Entre os 246 municípios goianos, 237 possuem empresas ativas criadas a partir de 2005 por mulheres na categoria EIRELI. Já os negócios de Sociedade Empresária Limitada foi uma categoria presente em todos os 246 municípios.

Variável explicativa

Utilizou-se como variável explicativa as “Políticas de Gênero”, sendo uma variável dummy que foi formada de acordo com a existência ou não de um Órgão executivo de Políticas para as mulheres, Plano Municipal de Políticas para as Mulheres e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Para isso, foi atribuído 1 para os municípios que contavam com a existência de pelo menos 2 desses elementos e 0 para aqueles que continham um ou nenhum deles. A existência de um órgão, Plano Municipal de Políticas para as Mulheres ou Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pode auxiliar na implementação de políticas que garantam desde a igualdade de gênero e empoderamento da mulher, até a sua inserção em diversos âmbitos da sociedade (Bandeira, 2004; Jang, 2009). Na tabela 1 está a descrição dos elementos para a formação da variável “Políticas de Gênero”.

Tabela 1

Formação da variável Políticas de Gênero

Elementos	Descrição	Fonte
Existência do Órgão executivo de políticas para as mulheres	Órgão da gestão responsável por elaborar, organizar e implementar políticas públicas para as mulheres. Além de garantir os seus direitos e promover igualdade desse grupo.	(IBGE, 2019)
Existência de Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	Trata-se de um instrumento que permite a atuação e planejamento entre secretarias de diferentes áreas para que possam executar as políticas para as mulheres.	(IBGE, 2019)

Existência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	A função desse conselho é deliberar, junto ao poder público, políticas para mulheres. Além da responsabilidade de fiscalizar as ações governamentais que objetivam sanar todas as formas de discriminação contra elas, garantindo assim a sua participação em diversos âmbitos da sociedade.	(IBGE, 2019)
---	--	--------------

Fonte: Elaboração própria com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019).

A tabela 2, a seguir, apresenta o compilado das variáveis respostas e variável explicativa selecionadas para realização deste estudo.

Tabela 2

Variáveis do estudo

Variáveis respostas	Referência	Nível de mensuração	Fonte dos dados
Criação de empresas por mulheres da natureza jurídica Sociedade Empresária Limitada (206-2)	Godwin <i>et al.</i> (2006); Maden (2015); Lim & Suh (2019) Hechavarría & Ingram (2019); Francky & Ngono (2020);	Numérica	CNPJ da Receita Federal
Criação de empresas por mulheres da natureza jurídica EIRELI (230-5)		Numérica	CNPJ da Receita Federal
Variáveis explicativas	Referência	Nível de mensuração	Fontes dos dados
Políticas de gênero	Bandeira (2004); Jang (2009); Villaseca, Navío-Marco & Gimeno (2020); Dilli & Westerhuis (2018)	<i>Dummy</i> 0 = Ausência 1 = Presença	MUNIC/IBGE

Fonte: Elaboração própria

3.2. Modelos de análise

De acordo com Fávero (2015) é comum estimar um modelo de regressão por mínimos quadrados ordinários quando a variável resposta se apresenta de maneira quantitativa. Contudo, tendo em vista que as variáveis respostas deste estudo se apresentam como variáveis de contagem, os modelos de regressão de Poisson do grupo de Modelos Lineares Generalizados (GLM) tornaram-se mais apropriados, já que são modelos de regressão para dados de contagem, e a abordagem por mínimos quadrados poderia gerar estimadores viesados (Fávero, 2015). No entanto, devido à comprovação de superdispersão dos dados deste estudo, ou seja, a variância da variável resposta mostrou-se maior do que a sua média. Sendo assim, foi preferível trabalhar com a estimação do modelo regressão binomial negativo, também do grupo de GLM estimado por máxima verossimilhança e apropriado para dados de contagem (Fávero, 2015). Com o uso dessa técnica, foi possível analisar a relação entre as variáveis explicativas e as variáveis respostas deste estudo.

3.2.1 Modelos de regressão binomial negativa

Os modelos de regressão estimados foram tratados separadamente e para todos foi incluído o componente *offset*, que foi dado pela estimativa populacional de mulheres economicamente ativas dos municípios goianos com intuito de modelar a quantidade de empreendedoras pela população dos municípios.

Modelo 1 – Criação de empresas por mulheres do tipo EIRELI

O modelo 1 testa a relação das “Políticas de Gênero” e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica EIRELI. Com base nas variáveis do estudo, a equação do modelo 1 está expresso da seguinte forma:

$$M1: EIRELI = \beta_0 + \beta_1 \text{Políticas_gênero} + \log(\text{PopulaçãoF}) + \mu$$

Modelo 2 – Criação de empresas por mulheres do tipo Sociedade Empresária Limitada

Já o modelo 2, testa a relação das “Políticas de Gênero” e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica Sociedade Empresária Limitada. Com base nas variáveis do estudo, a equação do modelo 2 está expresso da seguinte forma:

$$M2: sociedadeLTDA = \beta_0 + \beta_1 \text{Políticas_gênero} + \log(\text{PopulaçãoF}) + \mu$$

Ambos os modelos de regressão foram testados por meio do software estatístico R, com extensão do RStudio, versão 4.0.3.

4 Apresentação dos Resultados

Para identificar o efeito das “Políticas de Gênero” na criação de empresas por mulheres, foi aplicada a técnica de regressão binomial negativa. No entanto, para a definição do uso dessa técnica, foi estimado, inicialmente, o modelo de regressão Poisson e, após a estimação desse modelo de regressão, foi recomendável a elaboração de teste para verificação de superdispersão (Fávero, 2015).

Dessa forma, foi aplicado o teste de Cameron e Trivedi (1990) para verificação de superdispersão. Conforme explicado pelos autores, nota-se na tabela 3 que o parâmetro β estimado foi estatisticamente diferente de zero, sendo o P-valor menor que 0,05. Confirma-se, portanto, que as variáveis respostas apresentam superdispersão e inadequação do uso de Poisson.

Tabela 3

Teste de superdispersão dos modelos de regressão Poisson

Variáveis dependentes (VD)	P-valor	Superdispersão
Criação de empresas por mulheres da natureza jurídica Sociedade Empresária Limitada	3.009e-05	Confirmada
Criação de empresas por mulheres da natureza jurídica EIRELI	2.2e-16	Confirmada

Fonte: Dados da pesquisa

Os modelos 1 e 2, testaram a relação de políticas de gênero na criação de empresas por mulheres, considerando duas naturezas jurídicas – criação de empresas por mulheres do tipo Sociedade Empresária Limitada e criação de empresas por mulheres do tipo EIRELE.

Tabela 4

Resultados da regressão do modelo 1 e 2

Variáveis	Modelo 1 Criação de empresas por mulheres (Sociedade Empresária Limitada)		Modelo 2 Criação de empresas por mulheres (EIRELI)	
	Coefficientes	p-valor	Coefficientes	p-valor
Intercepto	-3.88219	< 2e-16 ***	-5.61565	<2e-16 ***

Políticas de Gênero	0.05558	0.682	0.27013	0.0749 .
	log-likelihood: -2366.598 Deviance: 243.9018 AIC: 2372.6 BIC: 2382.938		log-likelihood: -1635.842 Deviance: 238.565 AIC: 1641.8 BIC: 1652.183	

Significância: '****' 0.001 '**' 0.05 '*' 0.01 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar no modelo 1 que a relação entre políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres da natureza jurídica Sociedade Empresária Limitada, embora apresente um coeficiente positivo, não alcançou nenhuma significância ($\beta = 0.05558$, $p > 0,05$). Por outro lado, no modelo 2, a relação entre políticas de gênero na criação de empresas por mulheres de natureza jurídica EIRELI foi estatisticamente significativa positiva ($\beta = 0.27013$, $p < 0,1$). A tabela 4 ilustra essa situação:

Tabela 5

Resumo das hipóteses

Hipóteses	Descrição	Resultado
H1	Há uma relação positiva entre as políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica - Sociedade Empresária Limitada.	Não suportada
H2	Há uma relação positiva entre as políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI).	Suportada

Fonte: Dados da pesquisa

5 Discussão dos Resultados

Constatou-se que existe uma relação positiva entre políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres de natureza jurídica EIRELI, já para as mulheres que criaram empresas em sociedade não foi identificado nenhuma influência. O fato dessas políticas de gênero exercerem efeito positivo somente para mulheres que se enquadram como empreendedoras individuais confirma o entendimento que as mulheres não são um grupo homogêneo (Machado *et al.*, 2016).

A luz do que se discute também na literatura, as mulheres empreendedoras possuem dificuldades em obter recursos e por esse motivo, recorre a criação de negócios com sócios. Isso torna-se uma necessidade entre as empreendedoras, já que é uma forma de conseguir mais e melhores recursos, alcançar maior legitimidade e uma rede social mais forte e diversificada (Godwin *et al.*, 2006). Por outro lado, as mulheres com limitações de recursos, especialmente social e cultural, têm menos probabilidade de ter parceiros de negócios que não sejam familiares (Godwin *et al.*, 2006). Os recursos limitados fazem com que elas criem negócios sozinhas ou busquem parcerias no seu contexto familiar, por exemplo o cônjuge (Lim & Suh, 2019).

De acordo com Lim e Suh (2019), empresas lideradas por mulheres estão associadas a um desempenho menos promissor em seu estágio inicial. Essa afirmação pode contribuir para justificar o fato de as políticas de gênero apresentarem efeitos positivos para as empreendedoras individuais. Provavelmente, a necessidade das mulheres em ter parceiros de negócios como uma alternativa de obterem mais acesso a recursos financeiros e apoio (Maden, 2015), além das restrições que elas enfrentam como empreendedoras relacionadas a discriminação de gênero, os conflitos entre trabalho e família, a falta de infraestrutura e falta de apoio para sua

capacitação (Panda, 2018), podem ser minimizadas com a presença de políticas que visem o seu bem-estar.

É possível ressaltar também que algumas dificuldades presentes para as mulheres empreendedoras, podem ser ainda mais latentes para as que empreendem sozinha. Segundo Villaseca, Navío-Marco e Gimeno (2020), são as mulheres empreendedoras o grupo mais impactado pela falta de acesso a financiamento, falta de redes e mentores. Essa afirmação, sustenta o que foi identificado por Lim e Suh (2019), que elas são impulsionadas a empreenderem sozinhas devido a essas limitações, e isso por sua vez, impacta no seu desempenho quanto empresária quando comparadas com os homens. Mais uma vez, as políticas de gênero podem ser um caminho para aumentar e melhorar a participação delas no campo empreendedor.

Além disso, essas empreendedoras podem enfrentar alguns obstáculos relacionado a discriminação de gênero (Godwin *et al.*, 2006), em outras situações lidarem com a falta de reconhecimento, as dificuldades em manter negócios de alta qualidade, e burocracia (Bui, Kuan & Chu, 2018), falta de recursos para iniciar o próprio empreendimento (Brush *et al.*, 2019; Machado *et al.*, 2016). A existência de políticas que estejam compromissadas em combater a discriminação sexual, promover o acesso à educação, políticas que promovam saúde e bem-estar como o provimento de creche ou licença maternidade, pode ser uma forma das mulheres manterem suas participações no empreendedorismo (Foss *et al.*, 2019). Os resultados encontrados nesse estudo sustentam essas afirmações.

A relação que as políticas de gênero exercem, especialmente para mulheres empreendedoras individuais, podem ajudá-las a enfrentar alguns desses obstáculos, além dos julgamentos sociais e culturais, quando dizem que elas são menos capazes de serem donas de empreendimentos, as estruturas políticas que desmotivam a prevalência do seu empreendimento (OECD, 2017). Pode também contribuir no empoderamento dessas mulheres, quando até elas mesmo não acreditam no seu potencial (Machado *et al.* 2016).

Isso reforça a relevância das instituições formais no incentivo para o empreendedorismo das mulheres (Bui *et al.*, 2018). Essas instituições formais podem ser programas que atuam como promotores para promover inclusão e igualdade às mulheres (Brush *et al.*, 2017). Segundo Dilli e Westerhuis (2018) sem garantir políticas de gênero para combater esses efeitos negativos a consequência poderá ser o aumento da lacuna de gênero no empreendedorismo. Até porque, sociedades patriarcais diminuem o envolvimento das mulheres nesse campo. Mais uma vez, um dos motivos são os tratamentos injustos e a discriminação de gênero (Hechavarría & Ingram, 2019; Welter, 2020).

5.1 Implicações da pesquisa

Ao analisar a relação entre políticas de gênero e a criação de empresas por mulheres, considerando as empresas EIRELI e Sociedade Empresária Limitada, este estudo reforça o entendimento de que as mulheres empreendedoras são diferentes entre si e que cabe esforços que minimizem as barreiras e contribuam para o aumento da sua participação nesse campo, especialmente, para os grupos de mulheres que podem ser menos empoderados.

Esses resultados podem instigar outros pesquisadores a explorar mais o campo do empreendedorismo por mulheres, com foco em políticas que vão além do fomento a criação de negócios, mas políticas que tenham compromisso em oferecer bem-estar, segurança, maior igualdade e infraestrutura de apoio que atendam às necessidades das empreendedoras. Já que proporcionar um ambiente inclusivo para as mulheres e fornecer apoio para o seu desenvolvimento profissional é um caminho para que possam acessar novas oportunidades no mercado de trabalho (Syed & Ali, 2019).

Estudos como este podem desencadear implicações práticas para o campo do empreendedorismo, especialmente para que gestores governamentais usem os resultados como

diagnósticos para compreenderem sua atuação e estrutura quanto ao fomento do empreendedorismo por mulheres e conseguirem direcionar esforços mais assertivos. Para que isso ocorra, uma possibilidade é garantir políticas de gênero, especialmente quando se deseja preencher as lacunas de gênero no empreendedorismo e alcançar melhores resultados das políticas públicas que estão voltadas para o fomento de criação de negócios.

6 Considerações Finais e Limitações do estudo

Esta pesquisa concentrou-se em analisar os efeitos das políticas de gênero na criação de empresas por mulheres, considerando a criação de empresas em duas naturezas jurídicas – EIRELI e Sociedade Empresária Limitada. Os resultados confirmaram que essa relação significativa positiva existe somente entre as políticas de gênero e a criação de empresas do tipo EIRELI. Com esses resultados, pode considerar a existência de políticas de gênero como aspecto que empodera e propicia um ambiente mais favorável para a atividade empreendedora, especificamente, para aquelas que se enquadram como empreendedoras individuais.

As limitações deste estudo estão relacionadas as bases de dados utilizadas. A base MUNIC de 2018, possui informações transversais, não sendo profunda em termos temporais. Também é restrita a dados qualitativos que abrangem na maioria das variáveis a existência ou não dessas políticas nos municípios. Outra questão, são os modelos de estudo que ficaram limitados aos dados disponíveis, sendo necessário criar a variável “Políticas de Gênero” a partir de um conjunto de elementos que constavam na base MUNIC. Quanto à base de dados público de CNPJ, a limitação esteve relacionada ao fato de que a base não informa o sexo dos empreendedores. Foi preciso fazer a classificação utilizando um pacote de linguagem R.

Este estudo pode instigar pesquisadores a aprofundar nessa relação entre as políticas de gênero e criação de empresas por mulheres em outras realidades no Brasil bem como explorar outros tipos de empresas criadas por elas, como o microempreendedor. Outra possibilidade é realizar um estudo com recorte de pesquisa longitudinal, capturando aspectos temporais que contribuam para explorar outros possíveis resultados.

Referências

- Bandeira, Lourdes. 2004. “Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas.” *Convênio Secretaria Especial de Política Para as Mulheres - SPM - Comissão Econômica Para América Latina e Caribe - CEPAL* 1–55.
- Baughn, C. Christopher, Bee-Leng Chua, and Kent E. Neupert. 2006. “The Normative Context for Women’s Participation in Entrepreneurship: A Multicountry Study.” *Entrepreneurship Theory and Practice* 30(5):687–708. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00142.x>.
- Bayeh, Endalcachew. 2016. “The Role of Empowering Women and Achieving Gender Equality to the Sustainable Development of Ethiopia.” *Pacific Science Review B: Humanities and Social Sciences* 2(1):37–42. <https://doi.org/10.1016/j.psr.b.2016.09.013>.
- Brush, Candida, Abdul Ali, Donna Kelley, and Patricia Greene. 2017. “The Influence of Human Capital Factors and Context on Women’s Entrepreneurship: Which Matters More?” *Journal of Business Venturing Insights* 8(April):105–13. <https://doi.org/10.1016/j.jbvi.2017.08.001>.
- Brush, Candida, Linda F. Edelman, Tatiana Manolova, and Friederike Welter. 2019. “A Gendered Look at Entrepreneurship Ecosystems.” *Small Business Economics* 53(2):393–408. <https://doi.org/10.1007/s11187-018-9992-9>.
- Bui, Hong T. M., Alua Kuan, and Tuan T. Chu. 2018. “Female Entrepreneurship in Patriarchal Society: Motivation and Challenges.” *Journal of Small Business & Entrepreneurship* 30(4):325–43. <https://doi.org/10.1080/08276331.2018.1435841>.

Cameron, A. Colin, and Pravin K. Trivedi. 1990. "REGRESSION-BASED TESTS FOR OVERDISPERSION IN THE POISSON MODEL*." *Journal of Econometrics* 46:347–64. [https://doi.org/10.1016/0304-4076\(90\)90014-K](https://doi.org/10.1016/0304-4076(90)90014-K).

Collis, J and Hussey, R. (2005). Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 edição ed. Porto Alegre.

Constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (2011). Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a Constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12441.htm>. Acesso em: 13/03/2021

Cooper, D. R and Schindler, P. S. (2011). Métodos de Pesquisa em Administração (10ª Edição). Porto Alegre: Bookman.

Dheer, Ratan J. S., Mingxiang Li, and Len J. Treviño. 2019. "An Integrative Approach to the Gender Gap in Entrepreneurship across Nations." *Journal of World Business* 54(6):101004. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2019.101004>.

Dilli, Selin, and Gerarda Westerhuis. 2018. "How Institutions and Gender Differences in Education Shape Entrepreneurial Activity: A Cross-National Perspective." *Small Business Economics* 51(2):371–92. <https://doi.org/10.1007/s11187-018-0004-x>.

Elam, Amanda, and Siri Terjesen. 2010. "Gendered Institutions and Cross-National Patterns of Business Creation for Men and Women." *The European Journal of Development Research* 22(3):331–48. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2010.19>.

Engeli, Isabelle, and Amy Mazur. 2018. "Taking Implementation Seriously in Assessing Success: The Politics of Gender Equality Policy." *European Journal of Politics and Gender* 1(1):111–29. <https://doi.org/10.1332/251510818X15282097548558>.

Farah, Marta Ferreira Santos. 2006. "Gender and Public Policy." *Estudos Feministas* 12:47–71.

Fávero L. P. (2015). Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®. 1. ed, Rio de Janeiro, Elsevier Brasil.

Fontenelle, Leonardo Ferreira, Stephani Vogt Rossi, Miguel Henrique Moraes De Oliveira, Diego José Brandão, and Thiago Dias Sarti. 2020. "Postgraduate Education among Family and Community Physicians in Brazil: The Trajetórias MFC Project." *Family Medicine and Community Health* 8(3):e000321. <https://doi.org/10.1136/fmch-2020-000321>.

Foss, Lene, Colette Henry, Helene Ahl, and Geir H. Mikalsen. 2019. "Women's Entrepreneurship Policy Research: A 30-Year Review of the Evidence." *Small Business Economics* 53(2):409–29. <https://doi.org/10.1007/s11187-018-9993-8>.

Francky, Jean, and Landry Ngono. 2020. "Financing Women's Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: Bank, Microfinance and Mobile Money Financing Women's Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: Bank, Microfinance and Mobile Money." *Labor History* 1–15. <https://doi.org/10.1080/0023656X.2020.1851666>.

Giménez, Daniela, and Andrea Calabrò. 2018. "The Salient Role of Institutions in Women's Entrepreneurship: A Critical Review and Agenda for Future Research." *International Entrepreneurship and Management Journal* 14(4):857–82. <https://doi.org/10.1007/s11365-017-0480-5>.

Godwin, Lindsey N., Christopher E. Stevens, and Nurete L. Brenner. 2006. "Forced to Play by

the Rules? Theorizing How Mixed-Sex Founding Teams Benefit Women Entrepreneurs in Male-Dominated Contexts.” *Entrepreneurship Theory and Practice* 30(5):623–42. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2006.00139.x>.

Hechavarría, Diana M., and Amy E. Ingram. 2019. “Entrepreneurial Ecosystem Conditions and Gendered National-Level Entrepreneurial Activity: A 14-Year Panel Study of GEM.” *Small Business Economics* 53(2):431–58. <https://doi.org/10.1007/s11187-018-9994-7>.

Htun, Mala, and S. Laurel Weldon. 2010. “When Do Governments Promote Women’s Rights? A Framework for the Comparative Analysis of Sex Equality Policy.” *Perspectives on Politics* 8(1):207–16. <https://doi.org/10.1017/S1537592709992787>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro.

Jang, Soo Jung. 2009. “Global Women’s Movements and Korean Gender Policy Discourse.” *International Social Work* 52(6):831–35. <https://doi.org/10.1177/0020872809342661>.

León, Margarita. 2009. “Gender Equality and the European Employment Strategy: The Work/Family Balance Debate.” *Social Policy and Society* 8(2):197–209. <https://doi.org/10.1017/S1474746408004727>.

Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro (2002). Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 13/03/2021

Lim, Y., & Suh, C. S. (2019). Where is my partner? The role of gender in the formation of entrepreneurial businesses. *Small Business Economics*, 52(1), 131–151. <https://doi.org/10.1007/s11187-018-0027-3>

Machado, Hilka Pelizza Vier, Sebastião Gazola, and Miguel Eduardo Moreno Anez. 2013. “Criação de Empresas Por Mulheres: Um Estudo Com Empreendedoras Em Natal, Rio Grande Do Norte.” *RAM. Revista de Administração Mackenzie* 14(5):177–200. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000500007>.

Machado, Hilka Pelizza Vier, Sebastião Gazola, Joiceli Dos Santos Fabricio, and Miguel Eduardo Moreno Anez. 2016. “Women Entrepreneurs: Reasons and Difficulties for Starting in Business.” *RAM. Revista de Administração Mackenzie* 17(3):15–38. <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n3p15-38>.

Maden, C. (2015). A gendered lens on entrepreneurship: women entrepreneurship in Turkey. *Gender in Management: An International Journal*, 30(4), 312–331. <https://doi.org/10.1108/GM-11-2013-0131>

Martins, Clitia Helena Backx, and Deisi Conteratto. 2018. “Políticas Públicas de Gênero : Gênero : Estrutura e Gestão Nos Municípios Brasileiros *.” *Indicadores Econômicos FEE* 45(3):101–14.

Mažulienė, Julija. 2020. “Motery Antreprenerystės Formavimosi Lyčių Lygybės Politikos Kontekste.” *Public Policy and Administration* 19(1):139–49. <https://doi.org/10.5755/j01.ppaa.19.1.25126>.

Meireles, Fernando. GenderBR prevê sexo a partir de nomes próprios brasileiros usando dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. GitHub, 2018. Disponível em: <<https://github.com/meirelesff/genderBR>>. Acesso: 18 setembro 2020.

Muntean, Susan Clark. 2013. “Wind beneath My Wings: Policies Promoting High-growth

Oriented Women Entrepreneurs” edited by L. Achtenhagen. *International Journal of Gender and Entrepreneurship* 5(1):36–59. <https://doi.org/10.1108/17566261311305201>.

Organisation for Economic Co-operation and Development. 2017. Policy Brief on Women’s Entrepreneurship.

Okeke-Uzodike, Obianuju E., Ufo Okeke-Uzodike, and Catherine Ndinda. 2018. “Women Entrepreneurship in Kwazulu-Natal: A Critical Review of Government Intervention Politics and Programs.” *Journal of International Women’s Studies* 19(5):147–64.

Orellana Pino, Cristian Eugenio, and Hernán José Perotti. 2014. “Iniciativas de Gestión Pública Que Promueven La Productividad Desde Una Perspectiva Del Género.” *Revista de Administração Pública* 48(2):507–28. <https://doi.org/10.1590/0034-76121028>.

Panda, S. (2018). Constraints faced by women entrepreneurs in developing countries: review and ranking. *Gender in Management: An International Journal*, 33(4), 315–331. <https://doi.org/10.1108/GM-01-2017-0003>

Pandey, Sheela, and Alejandro S. Amezcua. 2018. “Women’s Business Ownership and Women’s Entrepreneurship through the Lens of U.S. Federal Policies.” *Small Business Economics*. <https://doi.org/10.1007/s11187-018-0122-5>.

Patterson, Louise, and Brandon Walcutt. 2017. “Review of Korean Workplace Gender Policy Literature from 1989 to 2014.” *Asia Pacific Business Review* 23(5):713–33. <https://doi.org/10.1080/13602381.2016.1214365>.

Ribas, Maria Fernanda. 2015. “MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA O AVANÇO DA MULHER.” *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea*.

Santana, Thalia S., and Adriano H. Braga. 2020. “Uma Análise Cienciométrica Das Publicações Do Congresso Da Sociedade Brasileira de Computação Na Perspectiva Das Mulheres Na Computação.” Pp. 279–83 in *Anais do Women in Information Technology (WIT 2020)*. Sociedade Brasileira de Computação - SBC.

Severini, Francesca, Francesco Felici, Noemi Ferracuti, Rosita Pretaroli, and Claudio Socci. 2019. “Gender Policy and Female Employment: A CGE Model for Italy.” *Economic Systems Research* 31(1):92–113. <https://doi.org/10.1080/09535314.2018.1431612>.

Syed, Jawad, and Faiza Ali. 2019. “A Relational Perspective on Gender Equality and Mainstreaming.” *Human Resource Development International* 22(1):4–24. <https://doi.org/10.1080/13678868.2018.1495406>.

Terjesen, Siri, Niels Bosma, and Erik Stam. 2016. “Advancing Public Policy for High-Growth, Female, and Social Entrepreneurs.” *Public Administration Review* 76(2):230–39. <https://doi.org/10.1111/puar.12472>.

Villaseca, David, Julio Navío-marco, and Ricardo Gimeno. 2020. “Money for Female Entrepreneurs Does Not Grow on Trees: Start-Ups’ Financing Implications in Times of COVID-19.” *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*. <https://doi.org/10.1108/JEEE-06-2020-0172>.

Welter, Friederike. 2020. “Contexts and Gender – Looking Back and Thinking Forward.” *International Journal of Gender and Entrepreneurship* 12(1):27–38. <https://doi.org/10.1108/IJGE-04-2019-0082>.